

Índice

Receita para se converter numa “escola milagre”	1
Leis contra notícias falsas	2
Perseguição aos cristãos no Médio Oriente	3
“Virtudes y vicios del mercado”	3

Receita para se converter numa “escola milagre”

Qualquer investigação no âmbito educativo procura, no fundo, responder a uma pergunta sobre o *porquê* (porque alguns alunos aprendem e outros não?) para que depois a política proponha um *como* (como favorecer esses fatores positivos e eliminar os negativos?). O The Center for Independent Studies, um *think tank* australiano de tendência liberal, publicou um [relatório](#) que pode vir a trazer muita luz a este respeito.

Das escolas dos ensinos primário e secundário do país, os investigadores filtraram as que cumpriam o duplo requisito de um corpo de alunos relativamente pobre e notas acima da média nos três últimos testes NAPLAN (National Assessment Program – Literacy and Numeracy), que todos os estudantes realizam de dois em dois anos desde os 9 aos 15 anos. Apuraram nove.

Depois de os analisar em pormenor, o estudo encontra seis traços comuns, que podem considerar-se a receita do seu sucesso: disciplina, aulas dadas de modo “tradicional”, apoio nos dados académicos internos e externos, uma equipa diretiva estável e com autonomia para tomar decisões, formação para os professores centrada nas competências fundamentais e um programa intensivo de leitura aplicado desde que os alunos são de muito tenra idade.

Quanto ao primeiro traço, a disciplina, os autores do estudo constataram que nas nove escolas havia regras de comportamento claras, iguais para toda a gente, que os alunos

conheciam porque lhes eram repetidas amiúde, e que se aplicavam de forma coerente embora com uma análise caso a caso. Além disso, não se tratava unicamente de uma política “de serviços mínimos” (assegurar que o professor possa dar a aula), pois as normas também se referiam ao cuidado material dos corredores ou à linguagem nos recreios, entre outros temas.

A existência de um quadro normativo claro, e o apoio que os professores sentiam nos restantes colegas e na direção, faziam com que a atitude deles fosse confiante durante as aulas, criando o ambiente mais propício para a aprendizagem. Assim, os autores do relatório presenciaram como, quando surgia algum problema de indisciplina, os docentes corrigiam os infratores “de forma rápida e serena”. Desta maneira, a explicação continuava sem mais interrupções do que as estritamente necessárias.

A segunda característica comum às nove “escolas milagre”, é a da utilização maioritária de um modelo de ensino tradicional, que o relatório designa por “direto e explícito” ou aprendizagem dirigida pelo professor, em vez de dar primazia à curiosidade espontânea dos alunos. O conceito tão negativo que a nova pedagogia tem deste tipo de instrução nasce, em parte, de equipará-la a um protótipo de aula magistral onde o docente é um conferencista impassível e o aluno um mero recetor passivo de uma mensagem “enlatada”.

Longe do protótipo, neste modelo o professor fixa um objetivo de aprendizagem definido e torna-o explícito aos alunos, revê de forma breve os temas vistos, interroga com frequência para comprovar que o novo conteúdo está a ser assimilado e, por último, propõe tipos de exercício práticos guiados também por ele próprio. Nada a ver, portanto, com uma aula “passiva”.

Para potenciar a competência de leitura, as nove escolas contam com um programa específico que aborda sistematicamente, e desde que os alunos são de tenra idade, os diferentes aspetos desta competência: fonética, vocabulário, fluidez e velocidade, e compreensão. Além disso, em várias das escolas existe um coordenador geral de leitura, que acompanha os progressos de cada estudante e alerta em caso de estagnação.

Outro traço característico das “escolas milagre” é o modo de focalizar a formação dos seus professores. Sabe-se que esta deve ser contínua, mas é frequente que o desenho das atividades a converta em algo pouco prático ou repetitivo, e que os docentes acabem por vê-la como um mero procedimento. Nas escolas analisadas, uma grande parte da formação é de professor a professor, sobretudo mediante a observação das aulas de outros companheiros, um método que a OCDE considerou como especialmente útil. As atividades organizadas “a partir de cima” são poucas e selecionadas, centradas especialmente nas competências fundamentais: leitura, expressão e matemática. Além disso, na maioria destes centros escolares, os docentes contam com o apoio de profissionais para os assessorar em aspetos que são mais técnicos, e os novos são “apadrinhados” temporariamente por outros mais experientes.

Por último, o relatório destaca o elevado nível de autonomia com que contam as equipas diretivas das nove escolas. Não é por acaso que oito delas se situam em Vitória, uma região que se destaca pela grande liberdade que concede aos seus centros escolares, de modo que os públicos têm uma margem de decisão mais próxima das escolas com contratos. No concreto, os diretores entrevistados destacam a sua capacidade para contratar os professores que melhor se adaptem às necessidades e à identidade da escola, e para orientar o orçamento em função destes mesmos interesses.

F. R.-B.

Leis contra notícias falsas

Das diversas maneiras possíveis de combater a desinformação, uma lei é talvez a pior.

Alguns países aprovaram leis contra as notícias falsas. Uma das mais recentes, de maio deste ano, é a de Singapura, que castiga “as afirmações de factos falsas” com o equivalente de até 740 000 dólares e dez anos de prisão. As redes sociais terão de remover conteúdos falaciosos ou prejudiciais para o interesse público. Impor quais cabem nessa definição será poder do governo.

A Malásia promulgou a sua lei contra as *fake news* no ano passado, no final do mandato do primeiro-ministro Najib Razak. Um dos primeiros acusados de não a cumprir, o que poderia ter-lhe custado mais de 100 000 dólares de multa e até seis anos de prisão, foi o rival de Razak, Mahathir bin Mohamad, então na oposição. Mas Mahathir ganhou as eleições de maio de 2018 e prometeu revogar a lei, que ainda continua em vigor, porque o projeto de anulação foi rejeitado pelo Senado.

Também a Rússia tem, desde março passado, uma lei contra a desinformação, que dá à autoridade das telecomunicações o poder para bloquear *webs* que não obedeçam às ordens de retirarem notícias inventadas ou enganadoras. Além disso, os que as propaguem, poderão ser multados com o equivalente de até 6000 euros.

A lei russa tem a sua réplica em França, que, em novembro de 2018, aprovou uma que dá poder ao CSA (Conseil Supérieur de l’audiovisuel), a autoridade do audiovisual, para bloquear as emissões de canais controlados ou influenciados por uma potência estrangeira que difundam informações falsas. Não era necessário nomear a Rússia, principal origem dos rumores contra Macron na campanha presidencial de 2017.

A lei francesa permite também que, nos três meses anteriores a eleições nacionais, um candidato ou partido peça a um juiz que impeça a divulgação de informações falsas que o prejudiquem. Por seu lado, as redes sociais e *webs* deverão tornar público quem e quanto lhes paga por colocarem anúncios políticos.

A oposição parlamentar pronunciou-se contra o projeto, pelo perigo que vê nele para a liberdade de imprensa e pelos previsíveis efeitos perversos, como a autocensura. Com mais razão se poderia dizer o mesmo das leis dos outros países. Com a intenção ou o pretexto de proteger a opinião pública contra a desinformação, um governo pode acabar por determinar o que é verdade e aquilo que não o é. E procurar pôr fim às notícias falsas a partir do poder alimenta as teorias de conspiração que, em muitos casos, levam à sua criação. A autorregulação dos meios de comunicação e das redes sociais pode fazer mais por isso, mas tão-pouco está livre de suspeitas de um interesse não legítimo.

No fim de contas, nada pode suprir de todo a autorregulação do público com sentido crítico. O velho princípio *caveat emptor* (toma cuidado, comprador) aplica-se também a leitores, ouvintes e espectadores.

Perseguição aos cristãos no Médio Oriente

Um [relatório](#) recente encomendado pelo Foreign Office ao arcebispo da diocese inglesa de Truro (anglicana), salienta que a perseguição aos cristãos em várias regiões do mundo, nomeadamente no Médio Oriente, tem características de “quase genocídio”, um fenómeno que – refere o ministro dos Negócios Estrangeiros britânico Jeremy Hunt – as sociedades ocidentais minimizaram, por influência do politicamente correto.

O texto do arcebispo Philip Mounstephen, a publicar na sua forma definitiva neste verão, precisa que a perseguição na África do Norte e no Médio Oriente adota duas formas principais: uma, impulsionada pelos Estados, e outra, por grupos extremistas ou pelas próprias famílias ou comunidades de residência dos cristãos. “Em países como Irão, Argélia e Qatar, o Estado é o ator principal, enquanto na Síria, Líbano, Arábia Saudita, Líbia e Egito estão envolvidos atores estatais e não estatais, especialmente os grupos extremistas”.

Consequentemente, as formas mais comuns de atentado contra os fiéis entre 2015 e 2018 foram as ameaças violentas, o assédio, a discriminação legal, o incitar ao ódio através dos meios de comunicação, as detenções, a prisão e o martírio.

Além de ataques mortíferos contra os fiéis nos seus templos e comunidades, os cristãos também sofrem discriminação na educação, no emprego, na vida social. Os confiscos de igrejas e de outras propriedades não são raros em países como Síria, Irão, Egito e Turquia, propiciando um clima hostil que leva a que muitos se decidam pela emigração.

Segundo o relatório, mesmo em sítios como Koweit, Bahrein, Omã e Emiratos Árabes Unidos, onde os cristãos têm uma certa liberdade para praticar o seu culto, exercem-na com várias restrições, como a impossibilidade de evangelizar muçulmanos ou de importar Bíblias.

Citado pela [BBC](#) (3.5.2019), a propósito das deploráveis realidades descritas no relatório, o ministro dos Negócios Estrangeiros Hunt salientou que o politicamente correto influenciou para que nada do denunciado tenha sido devidamente inquirido pelos países ocidentais, que estiveram “a dormir” sobre este tema, até o relatório do Foreign Office e os atentados em igrejas do Sri Lanka os levarem a despertar.

“Penso que existe um receio equivocado de que se considere colonialista falar sobre uma religião que esteve associada às potências coloniais”, disse. Acrescentou: “O que esquecemos neste ambiente do politicamente correto, é o facto dos cristãos que estão a ser perseguidos se encontrarem entre as pessoas mais pobres do planeta”.

O relatório do Rev. Mounstephen aponta, contudo, que apesar da “desanimadora natureza da situação”, a persistente presença dos cristãos na África do Norte e Médio Oriente cons-

titui “um sinal de esperança e uma oportunidade para defender (...) o avanço do pluralismo e da tolerância religiosa na região, assim como pela preservação da herança cristã”.

“Virtudes y vicios del mercado”

“La foresta e l'albero”

Autor: Luigi Bruni
Ciudad Nueva. Madrid (2018).
112 págs.

A premissa destas reflexões é que, no mundo atual, as virtudes continuam a ser necessárias, mas educamos menos nelas. A empresa, que ocupou o vazio deixado por outras instituições, também necessita que os seus membros – gestores, dirigentes e trabalhadores – as vivam, mas não é capaz de gerá-las, nem deve fazê-lo. No entender de Bruni, é necessário distinguir os mecanismos de gestão dos valores próprios do bem comum, e fomentar estes últimos.

No âmbito empresarial é dada primazia à distinção entre ganhadores e perdedores, baseada na eficiência e na competitividade, que tende a deixar de lado os que não se destacam. Aplica-se também aí a lógica dos incentivos, com a convicção de que se pode alcançar a excelência melhorando a remuneração. No entanto, esta dinâmica, segundo Bruni, não permite medir virtudes muito importantes para a empresa como a lealdade, que se apresenta frequentemente naquilo que se poderia fazer e não é feito; ou a generosidade, que perde a sua essência quando se estabelecem objetivos e recompensas.

A lógica do mérito, tão frequente na cultura empresarial, é necessariamente correlativa ao demérito. Leva ao desejo de sobressair, que por seu turno gera competitividade e invejas mútuas. Tudo isso desloca algumas virtudes necessárias em qualquer forma de convivência humana. Entre elas, destaca a humildade, que permite a criação de equipas que funcionem a partir da confiança mútua. Para Bruni, a sua escassa presença é o que explica a crise de liderança.

Mas a humildade pressupõe também reconhecer a verdade sobre nós mesmos e sobre os outros e expressa-se, algumas vezes, como agradecimento; outras, como pedido de perdão. Outra virtude importante é a compaixão, que exige desenvolver a atenção, ou a misericórdia, uma comoção que cura a dor do próximo a partir do perdão.

Algumas empresas recorrem a especialistas em empatia para minimizar a sua ausência, mas o remédio é superficial. Por seu lado, o mercado quer estimular a necessidade de estima

através dos chamados “bens posicionais”, mas na realidade depende da magnanimidade dos que nos rodeiam. Por último, Bruni refere-se à alegria, que deriva da pobreza de espírito e que se relaciona com a sobriedade e o agradecimento, também num trabalho que mostra a própria criatividade e energia.

“Virtudes y vicios del mercado” propõe relativizar a cultura capitalista e corrigir o primado da dimensão produtiva ou consumidora do ser humano. Neste sentido, o crescimento empresarial pode domesticar a doação e fazer esquecer a lógica da gratuidade. Bruni exorta a intensificar as relações de cooperação. Na sua opinião, as cooperativas e as pequenas empresas são decisivas para uma redistribuição mais equitativa da riqueza e superar as tendências depredadoras das grandes corporações.

C. S.

